

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Penal

Procurador Legislativo – 1ª fase

Crimes praticados por funcionários
públicos contra Administração em
geral

1) CESPE – Procurador – MPTCU (2004)

Valendo-se do cargo público que ocupa em órgão estadual encarregado de emitir carteira de identidade civil, Tício solicitou, para si, indevidamente, a quantia de R\$ 1.000,00, para emitir uma carteira falsa em favor de Paulus. Ocorre que, já na ocasião dessa solicitação, Tício não tinha a intenção de emitir a referida carteira e, de fato, após receber o numerário, não a emitiu.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item subsequente.

Nesse caso, sem prejuízo de que possa haver outro crime qualquer, o certo é que não há crime de corrupção passiva, pois não houve a intenção nem a assunção do risco de praticar o ato prometido.

- () Certo
() Errado

2) CESPE – Procurador – MPTCU (2004)

Valendo-se do cargo público que ocupa em órgão estadual encarregado de emitir carteira de identidade civil, Tício solicitou, para si, indevidamente, a quantia de R\$ 1.000,00, para emitir uma carteira falsa em favor de Paulus. Ocorre que, já na ocasião dessa solicitação, Tício não tinha a intenção de emitir a referida carteira e, de fato, após receber o numerário, não a emitiu.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item subsequente.

Caso Tício seja condenado por esse fato, a sentença penal condenatória irrecorrível tornará certa a sua obrigação de reparar eventual dano causado pelo crime, sem que seja novamente analisada a existência do fato e a sua autoria no juízo cível.

- () Certo
() Errado

3) CESPE – Procurador – MPTCU (2004)

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

Considere a seguinte situação hipotética.

O funcionário público Alberto, com competência para tal, deixou, por negligência, de responsabilizar subordinado seu que havia cometido infração funcional no exercício do cargo.

Nessa situação e a despeito da sua conduta, Alberto não cometeu o crime de condescendência

criminosa.

- () Certo
() Errado

4) FCC - Procurador - MP TCE-SP (2011)

O funcionário público que, em razão da função exercida, exige vantagem indevida, mas não chega a recebê-la, pratica o crime de

- a) corrupção passiva consumada.
- b) tentativa de concussão.
- c) tentativa de corrupção passiva.
- d) concussão consumada.
- e) excesso de exação consumado.

5) FCC - Procurador - MP TCE-SP (2011)

NÃO constitui crime praticado por funcionário público contra a administração em geral

- a) a facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) a condescendência criminosa.
- c) o tráfico de influência.
- d) a advocacia administrativa.
- e) o extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

6) FGV - Procurador - AL MT (2013)

Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, analise as afirmativas a seguir.

I. O Código Penal admite a figura do peculato culposo.

II. Configura crime de corrupção ativa solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

III. Aquele que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal pratica crime de concussão.

IV. Equipara-se a funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.

7) CESPE – Procurador - MPC TCE-PE (2004)

No que tange à consumação e à tentativa, julgue o seguinte item.

Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor público solicitou de um particular a importância de R\$ 2.000,00 para deixar de praticar ato de ofício da função que exercia.

Nessa situação, a consumação da infração penal ocorrerá com o recebimento da vantagem indevida.

- () Certo
- () Errado

8) CESPE – Procurador - MPC - TCE-PE (2004)

Cada um do item a seguir apresenta uma situação hipotética, referente aos crimes contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um servidor público, por negligência, inseriu dados falsos em um sistema informatizado de um órgão da administração pública, ao qual tinha autorização e acesso irrestrito, causando dano ao erário. Nessa situação, em razão da ausência do elemento subjetivo do tipo, o crime de inserção de dados falsos em sistema de informação não restou configurado.

- () Certo
- () Errado

9) CESPE – Procurador - MPC TCE-PE (2004)

Cada um do item a seguir apresenta uma situação hipotética, referente aos crimes contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um empregado de uma empresa pública, no exercício de um cargo comissionado de direção, apropriou-se de um imóvel rural pertencente a um particular, de que tinha a detenção em razão do cargo. Nessa situação, o empregado praticou um crime de peculato, com a causa de aumento de pena em razão do exercício de cargo comissionado.

- () Certo
() Errado

10) FCC - Procurador MPC TCM-GO (2015)

Pedro subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Pedro responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da

- a) alternatividade.
- b) subsidiariedade.
- c) consunção.
- d) especialidade.
- e) progressão criminosa.

11) FEPESE – Procurador - MP TCE-SC (2014)

Ronaldo é Prefeito Municipal de uma cidade do interior de Santa Catarina. Em seu gabinete trabalham Paulo e Pedro, ambos funcionários de confiança. O responsável pela confecção dos editais licitatórios é Pedro. Paulo, por sua vez, analisa os termos do pregão e encaminha a documentação para que o Prefeito a subscreva.

Cientes da confiança depositada neles, Pedro e Paulo armam um esquema de fraude em licitação. Colocam os documentos referentes aos processos licitatórios misturados em pilhas e passam-nos para o Prefeito que os assina sem desconfiança, como de hábito.

Efigênia, vereadora do município, toma conhecimento de que foi aberto processo licitatório para a construção de uma escultura defronte à Câmara Municipal. Contudo, a tal obra jamais foi efetivada pela empresa que se sagrou vencedora. Desconfiada, passa a investigar o procedimento interno da Prefeitura quando da abertura de pregões e descobre que há várias outras obras que foram contratadas, mas jamais efetivadas. Fica sabendo, também, que os funcionários Pedro e Paulo embolsam quantias de dinheiro sacado pelas empresas que vencem o certame e que são entregues a eles em malas.

Inconformada, Efigênia vai até o Ministério Público e narra os fatos, entregando as evidências que encontrou. Ronaldo, Pedro e Paulo são denunciados por peculato doloso.

A partir da narrativa assinale a alternativa correta.

- a) Para a confirmação do ilícito não é necessário que se demonstre o enriquecimento ilícito dos funcionários públicos às custas da municipalidade.
- b) Ronaldo responde por peculato doloso de qualquer forma, já que os funcionários que estavam em conluio para fraudar as licitações eram de sua confiança.
- c) Não obstante Ronaldo seja o ordenador primário das despesas, para que possa ser

considerado coautor do crime de peculato doloso é imperioso que o Ministério Público demonstre seu animus em se locupletar às custas da Administração.

d) Se Efigênia tivesse levado a informação ao MPE por meio de denúncia anônima, esta seria plenamente aceita como elemento justificador da instauração da ação penal, em razão do princípio da moralidade administrativa e do interesse da comunidade em ver os responsáveis devidamente punidos.

e) A condenação dos acusados pela improbidade Administrativa em sede de ação civil pública já enseja, por si só, a confirmação da culpa em esfera penal.

12) CESPE – Procurador – MPTCU (2015)

No que diz respeito aos crimes praticados contra a administração pública, assinale a opção correta.

a) Para efeitos penais, deve-se considerar a remuneração do cargo ou função exercida pelo funcionário.

b) A condenação de funcionário público em processo criminal decorrente de crime funcional prejudica o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

c) A reparação do dano como condição para a progressão de regime prisional ou do cumprimento de pena é destinada tanto ao funcionário público quanto ao particular.

d) Conforme previsão do CP, a agravante de violação de dever inerente ao cargo aplica-se ao crime de peculato.

e) O conceito de funcionário público não abrange a pessoa que trabalha para empresa civil prestadora de serviço contratada ou conveniada para exercer atividade típica da administração pública.

13) CESPE – Procurador – MPTCU (2015)

Ainda com relação aos crimes praticados contra a administração pública, assinale a opção correta.

a) O crime de abandono de função é comissivo por omissão.

b) Será automática a perda do cargo, se o crime funcional praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública resultar em condenação a pena privativa de liberdade superior a quatro anos.

c) A falsa apresentação de particular na qualidade de funcionário público configura o crime de usurpação de função pública, na sua modalidade simples.

d) Para a caracterização do crime de emprego irregular de verba ou renda pública, não há que se fazer presente o lucro ou proveito próprio ou de terceiro; esse crime será caracterizado ainda que não haja lucro ou proveito próprio ou de terceiro.

e) O crime de corrupção ativa consiste no ato de exigir para si, ou para outrem, vantagem indevida em razão do cargo e configura crime de mera conduta.

14) UFMT - Procurador - CM Cuiabá (2011)

„W“, empregado de entidade paraestatal de processamento de dados, permitiu o acesso de pessoa não autorizada a banco de dados de órgão da Administração Pública, mediante o empréstimo de sua senha pessoal, causando dano a essa e a terceiros. Entende-se que „W“

- a) cometeu o crime de condescendência criminosa.
- b) cometeu o crime de violação de sigilo funcional qualificado.
- c) cometeu o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- d) não cometeu crime algum, pois não é funcionário público.

15) UFMT - Procurador - CM Cuiabá (2011)

Na lei penal, encontra-se autorização para reprimir e punir condutas lesivas ao erário e à boa funcionalidade da Administração Pública. Sobre o assunto, analise as assertivas abaixo.

I - O servidor, com a função de zelar pelo Plenário da Câmara Municipal, que indica uma saída do local para que possa ser subtraído um bem por um visitante, comete crime de _____.

II - O Procurador Legislativo encarregado de emitir parecer sobre matéria legislativa relevante, que retarda o ato de ofício, com infração ao dever funcional, cedendo a pedido de vereador, comete crime de _____.

III - O funcionário da Câmara Municipal que, nessa qualidade, beneficia o interesse particular de assessor de vereador para a sua reclassificação funcional, comete crime de _____.

IV - O servidor que constrange outro servidor, com uma ameaça grave para que deixe de fazer algo, com intenção de obter vantagem econômica indevida para um empresário, comete crime de _____.

Assinale a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas das assertivas.

- a) furto, prevaricação, tráfico de influência, extorsão.
- b) peculato, corrupção passiva, tráfico de influência, roubo.
- c) furto, tráfico de influência, corrupção passiva, violência arbitrária.
- d) peculato, corrupção passiva, advocacia administrativa, extorsão.

Gabarito

1) Errado	2) Certo	3) Certo	4) D	5) C
6) E	7) Errado	8) Certo	9) Errado	10) D
11) C	12) C	13) D	14) B	15) D